

Blocos sociais no vazio político¹

João Loureiro²

Resumo

Este ensaio centra-se na ideia de "blocos sociais", tentando perceber o papel que estes podem desempenhar em contextos nacionais onde escasseiam alternativas. A primeira secção apresentará de forma sucinta uma teoria da mudança institucional que, no seio da economia contemporânea, foi precursora na tentativa de integrar este conceito (Amable 2003; Amable e Palombarini 2009; Amable 2016). Segundo, olhares mais virados às esferas política (Blyth e Katz 2005; Mair 2013) e sociocultural (Streeck 2016) mostrarão as dificuldades que se colocam a uma acção social política e institucionalmente consequente. Terceiro, será analisada de forma crítica uma aplicação empírica do quadro teórico inicialmente apresentado (Amable e Palombarini 2014). Quarto, apresenta-se uma recém-criada proposta analítica onde o estudo dos "blocos sociais" ganha um novo fôlego (Baccaro e Pontusson 2019), a que se seguirão breves considerações finais à luz da experiência portuguesa.

[O]s sistemas partidários dos anos 60 reflectem, com poucas, mas significativas excepções, as estruturas de clivagem dos anos 20. Esta é uma característica crucial da política competitiva ocidental na era do "elevado consumo em massa": as alternativas partidárias, e em muitos casos as organizações partidárias, são mais velhas do que as maiorias dos eleitorados nacionais. Para a maioria dos cidadãos do Ocidente, os partidos actualmente activos fazem parte da paisagem política desde a sua infância ou, pelo menos, desde que foram pela primeira vez confrontados com a escolha entre "pacotes" alternativos no dia de eleição. (Lipset e Rokkan, 1967: 50).

Volvidos mais de quarenta anos da chegada ao poder de Margaret Thatcher, a sua convicta proclamação *"There Is No Alternative"* mostra ainda uma extraordinária

¹ Ensaio no âmbito da unidade curricular "Economia Política Comparada", Doutoramento em Economia Política (ISCTE/ISEG/FEUC), ano lectivo 2019/2020, julho de 2020.

² Email: jloureiro3@gmail.com.

resiliência. Fazendo um balanço retrospectivo deste período, Philippe Schmitter (2008: 205) dá conta dos efeitos da mediatização entretanto massificada e acelerada:

O tempo em que um(a) cidadã(o) dependia do seu partido, sindicato, organização de bairro ou 'causa social' para ancorar as suas expectativas sobre o que as autoridades públicas devem fazer parece ter desaparecido. Dados de inquéritos mostram que, por mais residual que assim seja entre os cidadãos mais velhos, estas identidades e lealdades não estão a ser passadas para os filhos e filhas. Cada nova geração parece estar a começar com uma tábua rasa – e nela desenha as imagens e slogans que apanha dos media.

O corolário lógico da inexistência de alternativas é que o conflito se torna espúrio. Mas é crescente a vaga de abordagens à economia política onde este elemento ganha destaque (Amable *et al.*, 2019). O resultado deste conflito tem sempre uma base política, onde posições distintas se enfrentam.

Este ensaio centra-se na ideia de “blocos sociais”, tentando perceber o papel que estes podem desempenhar em contextos nacionais onde as palavras de Thatcher ainda ecoam com frequência. Para tal, apresenta-se, na primeira secção e de forma sucinta, uma teoria da mudança institucional que, no seio da economia contemporânea, foi precursora na tentativa de integrar este conceito (Amable, 2003, 2016; Amable e Palombarini, 2009). Mas, argumenta-se, são várias as fragilidades na abordagem destes autores.

Desde logo, as dinâmicas político-institucionais que Bruno Amable (e Stefano Palombarini) deduzem esbarram nas dificuldades que se colocam a uma acção social política e institucionalmente consequente, como se discute numa segunda secção, assente em leituras mais atentas às esferas política (Blyth e Katz, 2005; Mair, 2013) e sociocultural (Streeck, 2016). Já a terceira secção analisa criticamente uma aplicação empírica deste quadro teórico (Amable e Palombarini, 2014), nela se identificando uma interpretação da história recente de França e Itália que favorece a confirmação das proposições teóricas dos autores em detrimento da sua robustez argumentativa.

Considera-se, contudo, que uma recém-criada proposta analítica vem reabilitar a noção de “blocos sociais” (Baccaro e Pontusson, 2019). Pese embora seja notória a partilha das tradições regulacionistas e se reconheça a autoria de Amable sobre este conceito, muito do seu aparato teórico é dispensado nesta agenda de investigação. A

quarta secção procura sistematizar este contributo, onde se oferece uma definição mais concreta dos blocos sociais e se abrem pistas para uma investigação mais sólida acerca da sua importância. Muito breves considerações, mais finais que conclusivas, dão corpo à quinta e última secção, onde se aflora a experiência portuguesa à luz da discussão que aqui se desenvolve.

1. Blocos Sociais Dominantes: uma teoria da mudança institucional

Bruno Amable tem uma intuição: no centro da nossa realidade económica, social e política, está o conflito. E as instituições que nos rodeiam tanto espelham como enquadram essa contenda.

Longe de ser novidade, esta intuição não deixa de ser relevante num virar do século em que as visões dominantes apontavam caminhos de organização óptima das comunidades, que colectivamente prosperariam sob um modelo comum, consentâneo com um mundo global e de salutar competição (Friedman, 1999), ou que melhor funcionariam de acordo com uma das duas roupagens que melhor servissem às suas empresas representativas (Hall e Soskice, 2001).

Recusando tais determinismos, Amable – que tem também como foco analítico os espaços nacionais – vê as instituições como escolhas, “os resultados de um processo político” (2003: 63), um ponto de equilíbrio que define as regras do jogo, onde os agentes continuarão a usar do seu poder, que é assimétrico, na defesa dos seus interesses, que são distintos. Até porque o conflito nunca é eliminado – as instituições apenas o neutralizam, parcialmente, regulando-o.

A ideia de equilíbrio é aliás central para o autor, que entra em diálogo directo com perspectivas racionalistas e sobretudo assentes na teoria dos jogos. Assim, as instituições reflectem “o equilíbrio político que prevalece na sociedade, i.e. o compromisso que se atingiu sobre os conflitos distributivos” (2003: 39). Está identificada a razão do conflito, que poderia remeter para uma concepção puramente materialista e economicamente objectiva do interesse dos sujeitos. Mas Amable é sensível à construção social dos interesses, sendo estes influenciados pelos próprios enquadramentos institucionais vigentes e passíveis de (re)construção em função das ideias dominantes (2003: 50).

E é de dominação que é feito este equilíbrio, porque as instituições dependem do apoio de um “Bloco Social Dominante” (BSD), uma coligação sociopolítica de grupos sociais cujos interesses são suficientemente convergentes para que se atinja um compromisso na base da instituição que entretanto se cria, mantém, altera ou dissolve. Procurando apresentar uma teoria da mudança institucional, Amable mobiliza dois conceitos cuja sistematização vai sendo trabalhada ao longo do tempo.

O primeiro é o de complementaridade. Amable caracteriza a diversidade de capitalismo (de mercado; social-democrata; continental-europeu; mediterrânico; e asiático) em função dos traços institucionais presentes em cinco esferas: no mercado laboral e nexos salarial; na intermediação financeira e governação empresarial; na competição dos mercados de bens e serviços; no Estado-social e regimes de protecção; e nos sistemas de educação e qualificação. E as características presentes em cada uma destas esferas tendem a complementar-se. A título de exemplo, no modelo continental-europeu e à luz daquele tempo, temos um sistema financeiro centralizado, onde um “capital paciente” favorece estratégias empresariais de longo-prazo, que apostam assim numa formação continuada dos seus trabalhadores, num quadro de relações laborais centralizado, passível de moderação salarial mas com uma protecção de emprego que permite um Estado-social menos robusto que o social-democrata, típico da Escandinávia (2003: 15).³

A questão da complementaridade levanta desde logo questões quanto à possibilidade de mudança. Amable rejeita que a mesma implique uma inércia institucional, mas também não vê como inevitável que à mínima alteração numa das componentes deste “encaixe” (“*tight fit*”) se siga a desestruturação de todo o aparelho institucional (2003: 73; 2016: 99).⁴

Em todo o caso, esta complementaridade tem impacto para a obtenção dos equilíbrios políticos que estão na base das instituições – e em dois sentidos. Por um lado, os diferentes grupos sociais vêem como complementares os conjuntos de instituições que, ao interagirem entre si, favorecem os seus interesses. Já os agentes políticos,

³ A ideia de complementaridade e seus efeitos nos processos de mudança institucional é apresentada de forma particularmente clara e sistematizada em Amable (2016: 90-92, Tabela 1)

⁴ A exposição do conceito de “hibridização” (Amable, 2016) parece colocar o autor mais perto da ideia de as complementaridades assentarem num “emparelhamento flexível” (*loose coupling*, 2003: 73), passíveis de adaptação sem colocar necessariamente em risco a coerência do sistema como um todo.

visando garantir o apoio de um BSD, definem a complementaridade em função de a mesma contribuir para agregar os necessários grupos sociais.

O segundo conceito, que frequentemente decorre de estas diferentes esferas institucionais poderem apresentar características mais contraditórias que complementares, é o de hierarquia. Cada grupo social terá uma hierarquia na importância que atribui a diferentes elementos institucionais. O mediador político, por sua vez, define a posição hierárquica de uma dada instituição em função da importância que ela tem para a estabilidade do BSD vigente.

A dupla natureza destes elementos e do papel que desempenham reforça assim a especificidade histórica do processos de desenvolvimento institucional (Amable e Palombarini, 2009: 134-135; Amable, 2016: 94-95). E sendo dada primazia a actores racionais,⁵ que actuam de forma estratégica e reflexiva, abre-se nesta teoria espaço para uma mudança institucional endógena⁶ – de preferência, evitando “teorizações descritivas e categorizações indutivas” (Amable e Palombarini, 2009: 125).

Numa situação de equilíbrio político, logo com a existência do respectivo BSD, mudanças institucionais decorrentes de acção política deliberada podem servir para garantir a viabilidade futura do bloco existente, para dar resposta a reivindicações de algum dos grupos sociais que o compõem, ou incidir sobre aspectos institucionais pouco relevantes na escala hierárquica (tanto dos grupos dominantes como dos mediadores políticos) (Amable e Palombarini, 2009: 140-141).

Mas o contraponto a uma situação de equilíbrio, neste desenho teórico, é uma situação de crise, onde o BSD se quebra. Caso seja possível recompô-lo ou criar um novo bloco, trata-se apenas de uma crise política. Caso contrário, temos uma crise sistémica – que Amable vislumbrava, por outras palavras, poder instalar-se no modelo europeu-continental (Amable, 2003: 24), e exemplificava com o caso italiano desde 1992 e francês no início do século (Amable e Palombarini, 2009: 138-139).

⁵ Racionalidade essa que é tida como limitada, até na própria percepção das interdependências entre instituições. A complementaridade entre estas é muitas vezes uma observação posterior à sua criação, e não fruto de uma engenharia social omnisciente (e.g. Amable, 2003: 12).

⁶ Nas suas primeiras formulações, as causas de tal mudança eram ainda expostas de forma racional e linguisticamente adaptada às correntes teóricas interlocutoras: envolviam, por exemplo, mudanças na distribuição dos pagamentos ou no poder de negociação dos agentes (Amable, 2003: 43).

Na raiz de uma crise podem estar mudanças institucionais noutras escalas (sub- e supranacionais) que colocam em causa os equilíbrios vigentes, alterações ideológicas ou recomposições dos interesses socioeconómicos, a que acrescem possíveis acções dos próprios grupos pertencentes ao bloco dominante, procurando a satisfação de novas exigências (Amable e Palombarini, 2009: 138).

De qualquer modo, num contexto de crise a mudança institucional é ainda mais expectável, no sentido de ser recomposto um espaço de mediação que permita a recuperação do BSD anterior ou de forjar novas alianças com potenciais membros de um novo bloco (2009: 141). Se porventura a situação é mesmo a de crise sistémica, pode-se esperar um ainda maior empreendedorismo da liderança política, “obrigada a intervir de forma mais directa no sentido de agregar os grupos suficientes para a formação de um novo bloco” (2009: 139).

2. Entre o cartel e o cidadão-consumidor

Mark Blyth e Richard Katz (2005) também encontram um equilíbrio. Mas este não concebe os agentes políticos como solicitadores activos de apoio, num processo de interacção com as reivindicações de diversos grupos sociais. O equilíbrio que vêem como emergente no mundo ocidental é o de uma cartelização da política, com papel de destaque para o partido cartel.

Aqui, “a competição eleitoral já não se desenvolve na base de qual o partido que consegue promover mudanças que beneficiem o seu eleitorado, mas centra-se sim na ‘competência de gestão’, e em precisamente *não* tentar promover mudanças sistémicas” (Blyth e Katz, 2005: 34).

Longe vão os tempos dos partidos de massas, mobilizadores e promotores de grupos sociais específicos, ou dos partidos *catch-all*, de facto interessados em agregar o máximo apoio entre distintos grupos sociais. Os últimos eram até particularmente característicos dos modelos económicos do pós-guerra, onde o crescimento económico e sobretudo a provisão de bens públicos ajudavam a tal agregação.

Mas, reais ou percebidos, foram atingidos os limites dessa política orçamental activa. E a globalização trouxe impactos – também eles materiais e retórico-ideacionais. As estratégias partidárias passaram assim por reduzir as expectativas populares e limitar

o espaço de alternativas políticas (vide a “terceira via”), externalizando em simultâneo poderes decisórios para entidades alheias ao processo democrático.

A cartelização, mais do que fruto do enraizamento dos partidos no aparelho estatal e sua nutrição via subvenções públicas (Katz e Mair, 1995), parece ser sobretudo promovida pela redução das opções políticas ao dispor do eleitorado (Blyth e Katz, 2005: 53).

Ora, “[q]uando a competição entre os principais partidos pouco importa para a substância da decisão política, apenas se pode esperar que a mesma resvale para uma ênfase no teatro e no espectáculo” (Mair, 2013: 44). Com contornos de tragédia, pois para Peter Mair a ausência de uma oposição política implica uma perda do próprio controlo sobre o sistema político (2013: 141-142). No seu último trabalho, postumamente publicado, até uma possível semi-soberania (Schattschneider, 1960) escapava já aos povos europeus – os seus cidadãos estão na verdade a tornar-se não-soberanos (Mair, 2013: 2).

Uma das razões fundamentais para esta constatação prende-se com uma alteração decisiva nas funções desempenhadas pelos partidos políticos ao longo das últimas décadas (2013: 90-98). Em particular, as funções de representação – que envolvem a integração e mobilização dos cidadãos, a articulação e agregação das suas reivindicações e a sua tradução em políticas públicas – têm-se evaporado. Resta a legitimidade processual, onde se executam tarefas de recrutamento e promoção de elites e a organização das instituições executivas, legislativas e reguladoras.

A articulação e agregação de preferências, cada vez mais, ocorre após o processo eleitoral ou, de forma ainda mais despolitizante, através da delegação do poder decisório em instituições “independentes”, sejam elas judiciais ou regulatórias.

Um cisma cada vez maior parece abrir-se entre estas observações e as dinâmicas de interacção entre mediadores políticos e grupos sociais deduzida por Amable. Mas a sua expectativa de que situações de crise sistémica sempre conduzirão a mudanças institucionais – que levantaria desde logo a questão, seguindo o raciocínio dos BSD, sobre a origem do apoio a essas mudanças – pode encontrar paralelo em Mair.

Na medida em que a competição partidária é cada vez mais assente “na forma do que no conteúdo” e as competências de decisão em esferas nucleares já não residem no poder executivo eleito, a própria noção de um “governo de partido” perde

referências empíricas. No seu lugar, versões alternativas de governo ganham forma histórica, nomeadamente o “governo por inércia” e o “governo administrativo” (Mair, 2013: 65-69). O primeiro reflecte as consequências esperadas por Blyth e Katz (2005). O segundo dá conta do peso crescente de uma administração insulada do *demos* e que pode de facto promover mudanças institucionais num contexto de sistémica ausência de BSD.

Outro cisma é o que Mair aponta na relação entre elites políticas e cidadãos, onde se observa uma separação mútua. Os últimos retiram-se cada vez mais da participação política activa, e quando participam é de forma mais volátil, reactiva e particularista, com cada vez menos afinidades ou filiações (2013: 17-44); é uma retirada para uma esfera mais privada e particular dos interesses. Já os agentes políticos acantonam-se na sua própria esfera privada, a do mundo das instituições de governação (2013: 76).

Todas estas preocupações – porque a dimensão normativa deste levantamento da história recente não é disfarçada pelo autor – adensam-se quando o foco passa para a *polity* europeia. A União Europeia, avançando quer por imperativos neofuncionais ou por dinâmicas intergovernamentais (Hooghe e Marks, 2019; cf. Streeck, 2016: 146), é “um sistema político que tem sido construído por líderes políticos nacionais como uma esfera protegida em que a formulação de políticas pode evadir-se aos constrangimentos impostos pela democracia representativa” (Mair, 2013: 99-100).

Não obstante a sua auto-percepção de promotora de uma “governação participativa”, onde a “sociedade civil” tem voz (2013: 125) – nem que seja com forte sotaque de classe endinheirada (Schattschneider, 1960) – a UE não consagra um nexo de governo-oposição (Mair, 2013: 138). E essa despolitização pervade as esferas nacionais, quando as mesmas são esvaziadas de qualquer alternativa em planos substantivos de economia política.

De forma particularmente elegante, Mair sistematiza a forma invertida como as várias lideranças políticas se posicionam face às clivagens estruturais (Lipset e Rokkan, 1967; Rokkan, 1968) que a UE acarreta. A dimensão territorial (de forma simplificada, maior ou menor integração europeia) é discutida no contexto de eleições europeias, onde é intrinsecamente irrelevante, e ignorada em eleições nacionais, onde pode de facto ter impacto; ao invés, a mobilização no contexto nacional incide sobre a dimensão funcional, onde poderíamos englobar os conflitos que aparentemente guiam a análise

de Amable (i.e. distributivos), resultando também irrelevante porque a sua essência está já determinada no plano supranacional (2013: 106-110).

Para um reinado neoliberal do vazio, nada melhor que uma democracia “Hayekiana [...] de incosequência adquirida, de irrelevância infligida e auto-infligida, de insignificância da política democrática em relação à economia capitalista, uma condição em que a democracia perdeu a sua capacidade igualitária-redistributiva” (Streeck, 2016: 188; cf. Harmes, 2006).

Ciente também do afunilamento político subjacente ao paradigma da não-alternativa, conducente a uma disputa política na base da “gestão das aparências” e consubstanciado no estatuto de “governos económicos quasi-soberanos” adscrito a bancos centrais imunes ao controlo democrático, Wolfgang Streeck (2016: 111, 187) ajuda-nos a perceber alguns contornos socioculturais das mudanças que marcaram as últimas décadas (2016: 95-112).

A seu ver, o modelo económico fordista, perto da saturação, encontrou num modelo social de afluência a solução para a continuidade da acumulação. A produção diferenciada encontrou nos trabalhadores e cidadãos um consumidor a quem era dada a “liberdade” de particularizar a sua escolha. E essa reciprocidade individualizadora teve repercussões na própria relação do cidadão com a coisa pública, com a comunidade e com o Estado.

Na impossibilidade deste último atender às preferências individuais de cada sujeito, o “cidadão-traço-consumidor” passa a ter uma relação com os sistemas de provisão pública que os coloca em desfavorável comparação face aos produtores no mercado, superiores na resposta personalizada aos agentes que a possam pagar.

Ao nível administrativo e governativo, estas noções foram também incorporadas, introduzindo-se o paradigma da Nova Gestão Pública – com os seus indicadores de eficiência empresarial (cf. Mair, 2013: 12) – e aceitando-se a superior capacidade da provisão privada. A par desta implícita (ou explícita) deslegitimação dos sistemas de provisão públicos, temos os processos de privatização. E a classe média – categoria abstracta e porventura móvel, mas com peso eleitoral dificilmente negligenciável – passa a satisfazer as suas necessidades por via comercial, em vez de política.

Neste panorama de crescente “individuação” (Schmitter, 2008: 206-208), torna-se mais problemática a própria formação de grupos sociais, ancorados numa percepção

comum daquilo que entendem como exigível face a entidades políticas cujas mãos podem estar atadas ou os ouvidos tapados.

3. O Bloco Burguês em França e Itália: um alvo em movimento

Apesar de não serem ignoradas questões de agência nos autores acima mobilizados, parece emergir um cenário sobretudo carregado de estruturas cujo efeito constrangedor atinge o núcleo da teorização e do quadro analítico propostos por Amable (e Palombarini).

Ainda assim, estes autores são sensíveis a tais elementos. Afinal, o equilíbrio político é “determinado pela interacção entre ideologia, mediação política e *algumas* instituições” (2009: 136). E a regulação do conflito traduz-se tanto no estabelecimento de um Bloco Social Dominante como de grupos dominados (2009: 129). Já o apoio que o BSD favorecido presta aos actores políticos é um “apoio eleitoral e mais genericamente político” (2009: 131).

Mas aquilo que é genérico nunca chega a ser especificado – e é na dimensão eleitoral que Amable e Palombarini (2014) concentram grande parte da sua análise empírica, no estudo do “bloco burguês” em França e Itália.

Desde logo, é um trabalho que insiste num ponto fundamental: os programas de reformas estruturais neoliberais não são uma necessidade imperiosa de adaptação funcional às exigências do capitalismo. São projectos políticos precisos (2014: 178-179, 211).

Esse projecto político é comum a França e Itália e tem como objectivo criar uma aliança social, que os autores denominam de “bloco burguês”, centrada nas classes mais altas e nas classes médias qualificadas⁷ dos sectores públicos e privados, excluindo as classes trabalhadoras e a as franjas populares dos trabalhadores por conta própria. Esta aliança social será programaticamente favorável à integração europeia e, por razões de complementaridade e hierarquia, negligenciará clivagens à volta do papel do Estado na economia (2014: 179-180).

⁷ Para Immanuel Wallerstein, em 1988, o “capital humano” é aquilo que o burguês, na falta de meios de produção e ao contrário do proletário, controla (2010: 192).

A força deste projecto reside sobretudo na fragmentação da paisagem política e na ausência de alternativas robustas. As candidaturas de François Bayrou às presidenciais francesas de 2007 e 2012 seriam porventura a mais flagrante corporização deste bloco, cuja derrota eleitoral não implicaria o fim deste projecto (2014: 180). Com o benefício da retrospectiva, podemos alegar que a eleição de Macron em 2017 viria a dar alguma razão aos autores.

A par destas intuições, este trabalho oferece também um levantamento empírico relevante sobre os desenvolvimentos ocorridos nestes dois países ao longo dos últimos trinta a quarenta anos, sendo empregue o quadro analítico assente na contraposição entre equilíbrios e crises e na procura da interacção com as preferências de diferentes grupos sociais. São avançados alguns factos estilizados sobre a composição sociopolítica dos eleitorados nos anos 70/80 com um valor heurístico talvez maior que o da análise de classes latentes que é produzida no âmbito das eleições italianas de 2008 e francesas de 2007, que ainda assim revela elementos empíricos de interesse (2014: Tabelas 7.1-7.4).

Contudo, surgem alguns problemas. Para os autores, não sendo este projecto político uma novidade, “uma acção coerente” como a dos governos de François Hollande e Mario Monti é algo de novo (2014: 211). São estes os governos que tentaram assertivamente implementar o bloco burguês, bloco esse que, em França, “é uma realidade social e económica, [mas] não é uma realidade política. A competição política ainda é dominada pelos anteriores blocos dominantes” (2014: 204).

O último presidente do partido socialista, François Mitterrand, havia sido eleito pela primeira vez em 1981 com um programa de protecção social e nacionalizações. Em 1983, temos uma curva apertada em sentido contrário, fixando o franco ao marco alemão e adoptando políticas de ortodoxia financeira. Em 1988 é reeleito, frente a uma direita inspirada pela “revolução conservadora” anglo-saxónica. Mas essa é a primeira das três eleições francesas com as maiores taxas de abstenção entre 1950 e 2009 (Mair, 2013: Tabela 1).⁸ Especulativamente, teríamos em 1981 um bloco social dominante – que depois se descobriu cooptado.

⁸ As outras duas foram 2002 e 2007.

Voltando o partido socialista à presidência, com Hollande em 2012, avolumam-se os exemplos de promessas em campanha cuja implementação política é alterada em favor do interesse patronal. Amable e Palombarini refutam leituras que subjuguem a agência política nestes recuos aos constrangimentos europeus. Até porque estes constrangimentos tinham, no passado, sido aceites pelo partido de Hollande, resultando portanto de escolhas políticas e, mais importante, são instrumentais: as regras de competição, a independência do BCE, as regras de política macroeconómica... “são um obstáculo à condução de uma política económica que satisfaça as expectativas de um bloco de Esquerda e deixam como única opção exequível, mesmo que difícil, uma política económica apoiada pelo *bloco burguês*” (2014: 195). Desta feita, ver numa coerência do governo de Hollande uma novidade histórica é, no mínimo, incongruente.

O voluntarismo destes autores na aplicação do seu quadro analítico torna-se ainda mais espinhoso no caso italiano (2014: 188-191). Com o rebentar da bolha mais recente, identificam em Sílvio Berlusconi uma predisposição para a prossecução de uma estratégia neoliberal. O núcleo duro do seu apoio, como em França, encontra-se entre os trabalhadores por conta própria, comerciantes, artesãos, executivos e pequenos empreendedores. Dada a minoria eleitoral deste grupo, Berlusconi precisava de captar o eleitorado precário e as classes dependentes de transferências públicas. Entre um trajecto de neoliberalismo mais radical, em favor do seu núcleo de apoio, ou mais temperado para agregar o apoio de classes mais desfavorecidas, Berlusconi optou pelo primeiro. Aparentemente, está aí a razão da sua queda no outono de 2011. Ausente da equação destes autores está, contudo, um processo de coerção externa que teve muito pouco de subtil (Phillips, 2011; Streeck, 2016: 143).

Se Amable e Palombarini querem acertar neste alvo em movimento que são os eventuais blocos de dominação sociopolítica, têm de olhar para as suas várias manifestações. Em 1978, e após 35 governos democratas-cristãos desde 1946 em Itália,⁹ o partido comunista – presumivelmente com grande votação de trabalhadores das grandes empresas, único grupo sociopolítico excluído do “bloco social dominante” nos anos 80 (Amable e Palombarini, 2014: Tabela 7.1) – pode vir a integrar um governo,

⁹ Um dado que sugere a possível centralidade que a burocracia ocupará nas dinâmicas de poder e de (re)produção institucional no cenário italiano. O facto de um dos estudos pioneiros sobre a interacção entre grupos de interesse e burocracia ter tido Itália como referência reforça esta hipótese (LaPalombara, 1964).

possibilidade essa não concretizada após a coerção americana (Mair, 2013: 46-47; cf. Streeck, 2016: 145-147).

Ainda que com origem no exterior, estes são momentos de dominação, que criam ou eliminam possibilidades de afirmação de blocos sociais. E porventura mais manifestos do que as hesitações, contradições e as quase inevitáveis cedências aos preceitos neoliberais que têm caracterizado os executivos europeus ao longo das últimas décadas.¹⁰

Esses preceitos não são uniformes, porque se adaptam ao hóspede (Brenner *et al.*, 2010). Mas há pontos nevrálgicos onde essa propagação se pode manifestar, que institucionalmente Amable ajuda a mapear. E com as importantes lentes da complementaridade e da hierarquia. São contributos que, felizmente, continuam a dar frutos.

4. Um vazio em preenchimento

Prestando tributo directo ao trabalho de Amable, Lucio Baccaro e Jonas Pontusson (2019) avançam de sobremaneira a agenda de investigação centrada nos “blocos sociais dominantes”. Mas as insuficiências na abordagem do autor parecem resultar na sua ausência em termos das referências teóricas e analíticas aqui convocadas.

Após redireccionarem o estudo da economia política comparada no sentido dos “modelos de crescimento”, onde os contributos relativos das diferentes componentes da procura agregada têm papel de destaque (Baccaro e Pontusson, 2016),¹¹ o propósito agora é o de estabelecer um ponto de partida para a análise das bases políticas desses mesmos modelos.

¹⁰ Impõe-se aqui a ressalva de esta análise não cobrir outros trabalhos que se presume aplicarem também o quadro analítico de Amable, possivelmente com uma maior robustez e constituindo-se como mais-valias para a compreensão dos processos de mudança institucional entretanto verificados em países europeus (e.g. Amable, Guillaud, e Palombarini, “L’économie politique du néolibéralisme”, 2012; Amable, “Institutional complementarities in the dynamic comparative analysis of capitalism”, 2016; *Structural Crisis and Institutional Change in Modern Capitalism: French Capitalism in Transition*, 2017)

¹¹ Mesmo esta proposta é um trabalho em curso. Avançando para o tema dos blocos sociais, Baccaro e Pontusson (2019) afinam também a sua lente face aos modelos de crescimento: estes podem ser constituídos por um regime de produtividade e por um regime de procura. A título de exemplo, podemos ter casos onde o crescimento da produtividade ocorre num sector de serviços de elevado valor acrescentado (e.g. TIC) ou no da indústria exportadora; e o crescimento da procura ser promovido pelo sector público.

Porém, não se procura aqui reinventar a roda. São várias as tradições analíticas com que dialogam de forma crítica, numa exposição que delimita bem as esferas a considerar, as relações que se estabelecem entre elas e as premissas em que se baseiam.

A mais fundamental destas será a de que, em cada tempo e espaço – e exceptuando momentos de ruptura sociopolítica – existe apenas um bloco social, onde os donos e gestores das grandes empresas dos sectores-chave da economia em causa terão sempre uma posição privilegiada. Note-se que um bloco social não é um actor colectivo: é “uma configuração estruturada de relações ou interações entre grupos sociais e actores mais ou menos organizados” (2019: 12). A questão assim passa a ser quem está no centro desse bloco, quem está na sua periferia e quem é deixado fora.

Para compreender estes blocos, são necessários quatro passos. Em primeiro lugar, é preciso identificar quais são os diferentes interesses dos sectores económicos quanto aos elementos fundamentais da política macroeconómica. À comum distinção entre sectores transacionáveis e não-transacionáveis, Baccaro e Pontusson acrescentam a importância de considerar a relação dos sectores económicos com as taxas de juro e de câmbio reais. Tendo como referência os sectores financeiro, da construção e da indústria exportadora, os autores expõem de que forma interesses conflitantes se desenham face aos impactos da política monetária, fiscal, cambial e salarial.¹²

Em segundo lugar, há que perceber que sector(es) se constituem como o principal motor de crescimento económico, assumindo-se que a própria configuração institucional da economia política será modelada de acordo com as suas preferências. A literatura das “coligações de grupos-produtores” é aqui convocada e reformulada, dado o seu carácter voluntarista e pluralista: tal como implícito na premissa atrás sublinhada, tendencialmente não há competição entre coligações. Mas a simplificação das coligações inter-classistas que esta literatura promove tem também de ser revista: os sectores económicos, como acima exposto, não se dividem só em função de serem (não-)transacionáveis; e as classes sociais não se resumem a trabalho/capital.

Adoptando uma perspectiva que em parte reflecte as categorizações de Amable, os autores estratificam a sociedade em classes trabalhadoras (qualificadas ou não), classes

¹² A descrição de como os interesses do sector financeiro e da construção se podem alinhar em função de diferentes dinâmicas institucionais nestas áreas (Baccaro e Pontusson, 2019: 9-10) é um óptimo exemplo da “complementaridade” de Amable.

médias (altas ou baixas) e classes patronais (das grandes empresas ou de PMEs/trabalhadores por conta própria).

Os blocos sociais (de cada tempo/espço) poderão ser distinguidos consoante o(s) sector(es) que estão no seu núcleo, sendo lá englobados os respectivos trabalhadores (tendencialmente qualificados) e levantando-se a questão de quais as restantes classes a integrar. As classes médias altas serão um elemento quase certo. Já o grau de inclusão de trabalhadores não qualificados ou classes médias baixas dependerá dos recursos de poder (*power resources*) destes grupos e/ou do grau de compatibilidade que as preferências destes têm em relação ao modelo de crescimento em causa (e sua tradução político-económica).

Mas Baccaro e Pontusson não querem apenas tipificar os países de acordo com os seus modelos de crescimento e respectivos blocos sociais. Criticam os estudos de economia política comparada assentes na dimensão eleitoral por estes tomarem as questões macroeconómicas por garantidas e se focarem essencialmente naquilo que está nas mãos dos governos definir, ainda que de forma limitada: instituições do mercado laboral e Estado-Social.

Neste terceiro passo, é preciso olhar para o que é consensual (ou imutável) e perceber como é que assim se tornou. Atender às preferências políticas empresariais e sua influência política é fundamental, assim como o estudo da política da gestão macroeconómica. Também se distanciam das premissas vigentes que olham para os eleitores em pé de igualdade: as elites económicas são mais coerentes, influentes e os governos tenderão a ser avaliados pela “competência de gestão” do próprio modelo macroeconómico, sendo esperada uma grande relevância do “voto económico retrospectivo”. Por fim, a dimensão eleitoral também interessa porque – apesar de o modelo económico não estar em questão – continua a ser necessária uma aquiescência maioritária. É aqui que se definirá quais os grupos sociais a integrar a periferia do bloco social, recorrendo para isso a medidas compensatórias ou à reformulação dos seus interesses.

Chegamos assim ao quarto passo, onde entra em jogo a hegemonia gramsciana, tal como Amable a referia. Neste caso, a ênfase vai não para o poder das ideias na formulação de políticas públicas – a “esfera da coordenação” em Vivien Schmidt (2011:

56-57) – mas para a modelação do discurso dominante sobre o que constitui o “interesse nacional” e o que é considerado possível.

Desenha-se assim um quadro analítico onde modelos de crescimento e suas bases políticas de sustento (i.e. blocos sociais) co-evoluem, sem uma primazia causal a ser previamente atribuída. Importa referir que, não sendo o contributo teórico de Amable aqui convocado, as suas raízes regulacionistas são partilhadas pelos autores. E, mais uma vez, as ideias de complementaridade e hierarquia estão implícitas nas hipóteses de trabalho.

Hierarquicamente, há sectores económicos com maior importância no modelo de crescimento, que importa favorecer institucionalmente, e cuja defesa é também mais saliente para a classe trabalhadora que emprega. Havendo a necessidade de complementar o apoio eleitoral com elementos exteriores ao bloco social, medidas compensatórias têm de ser institucionalmente equacionadas ou uma batalha hegemónica pelas mentes tem de ser travada, não vá o “novo” finalmente nascer.

5. Considerações finais

Com avanços e recuos, uma velha intuição começa a ganhar forma analítica. A economia e a política reencontram-se, abrindo pistas para a compreensão das estruturas que nos cercam e das acções que as enformam.

O caso português pode ser melhor entendido à luz destas pistas, iluminando-as no processo. Baccaro e Pontusson lamentam que neste esboço não se possa ainda integrar a relação com a economia política da habitação (2019: 8), a que poderíamos acrescentar os sistemas de provisão em sentido mais lato (Santos *et al.*, 2018). E a sua correlação com as preferências políticas dos cidadãos fica logo ao virar da esquina. Num contexto de sub-provisão de habitação pública, fomenta-se a emancipação pela propriedade ainda que com dívida agrilhoadada; na falta de transportes públicos, em oposição à proliferação de estruturas rodoviárias que alimentaram um dado modelo de crescimento, prevalece a mobilidade privada e individual. Em qualquer um dos casos, contribui-se para uma menor predisposição para financiar a provisão pública de bens comuns por via tributária.

Essa mesma via também segue outros caminhos, que não os de provisão, quando o modelo vigente não é de crescimento, mas sim de consolidação (Streeck, 2016: 113-

142). Essa seria uma possível adição a esta agenda de investigação, vinda de um Sul com mais de duas décadas de excedente orçamental primário italiano e onde um governo de esquerda em Portugal revela uma notável “competência de gestão” com o primeiro excedente em período democrático.

Ainda assim, onde a via tributária segue para a provisão, fá-lo perpetuando a precariedade laboral, sub-contratando a agentes (ou melhor, agências) que, propriedades parasitárias aparte, são legais. Mas a aplicação da legislação laboral tem pouca espinha, quando na própria cabeça de fiscalização da lei, juristas são ilegalmente contratados (Almeida, 2009).

É esta também a disfuncionalidade das instituições, pouco dadas a equilíbrios mas abertas à disputa (Hay, 2011: 68). São complementaridades e hierarquias.

Qualquer o modelo, há conflito. Resta esperar que da nova atenção possam surgir alternativas à dominação.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ramos de (2009), "Juristas da ACT a "recibo verde" arriscam-se a perder emprego", *Público*, 19 de agosto. Consultado a 6.10.2021, em <https://www.publico.pt/2009/08/19/economia/noticia/juristas-da-act-a-recibo-verde-arriscamse-a-perder-emprego-1396718>.
- Amable, Bruno (2003), *The Diversity of Modern Capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Amable, Bruno (2016), "Institutional complementarities in the dynamic comparative analysis of capitalism", *Journal of Institutional Economics*, 12(1), 79-103.
- Amable, Bruno; Palombarini, Stefano (2009), "A neorealist approach to institutional change and the diversity of capitalism", *Socio-Economic Review*, 7(1), 123-143.
- Amable, Bruno; Palombarini, Stefano (2014), "The bloc bourgeois in France and Italy", in Hideko Magara (ed.), *Economic Crises and Policy Regimes: The Dynamics of Policy Innovation and Paradigmatic Change*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Ltd, 177-216.
- Amable, Bruno; Regan, Aidan; Avdagic, Sabina; Baccaro, Lucio; Pontusson, Jonas; Van Der Zwan, Natascha (2019), "New approaches to political economy", *Socio-Economic Review*, 17(2), 433-459.
- Baccaro, Lucio; Pontusson, Jonas (2016), "Rethinking Comparative Political Economy", *Politics & Society*, 44(2), 175-207.
- Baccaro, Lucio; Pontusson, Jonas (2019), "Social blocs and growth models: An analytical framework with Germany and Sweden as illustrative cases", *Unequal Democracies Working Papers*, 7. Consultado a 6.10.2021, em <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:116600/ATTACHMENT01>.
- Blyth, Mark; Katz, Richard (2005), "From catch-all politics to cartelisation: The political economy of the cartel party", *West European Politics*, 28(1), 33-60.
- Brenner, Neil; Peck, Jamie; Theodore, Nik (2010), "Variegated neoliberalization: Geographies, modalities, pathways", *Global Networks*, 10(2), 182-222.
- Friedman, Thomas (1999), *The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.
- Hall, Peter; Soskice, David (2001), *Varities of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press.
- Harmes, Adam (2006), "Neoliberalism and multilevel governance", *Review of International Political Economy*, 13(5), 725-749.
- Hay, Colin (2011), "Ideas and the Construction of Interests", in Daniel Béland e Robert Henry Cox (eds.), *Ideas and Politics in Social Science Research*. Oxford: Oxford University Press, 65-82.
- Hooghe, Liesbet; Marks, Gary (2019), "Grand theories of European integration in the twenty-first century", *Journal of European Public Policy*, 26(8), 1113-1133.
- Katz, Richard; Mair, Peter (1995), "Changing Models of Party Organization and Party Democracy", *Party Politics*, 1(1), 5-28.
- LaPalombara, Joseph (1964), *Interest Groups in Italian Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Lipset, Seymour Martin; Rokkan, Stein (1967), "Cleavage Structure, Party Systems and Voter Alignments:

- an Introduction", in Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (eds.), *Party Systems and Voter Alignments*. New York: Free Press, 1-64.
- Mair, Peter (2013), *Ruling the Void: The Hollowing of Western Democracy*. Londres: Verso.
- Phillips, Leigh (2011), "Berlusconi toppled, Brussels man installed to run Italy", *EUobserver*, 14 de novembro. Consultado a 6.10.2021, em <https://euobserver.com/economic/114264>.
- Rokkan, Stein (1968), "The Structuring of Mass Politics in the Smaller European Democracies: A Developmental Typology", *Comparative Studies in Society and History*, 10(2), 173-210.
- Santos, Ana Cordeiro; Rodrigues, João; Teles, Nuno (2018), "Semi-peripheral Financialisation and Social Reproduction: The Case of Portugal", *New Political Economy*, 23(4), 475-494.
- Schattschneider, Elmer Eric (1960), *The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. New York: Wadsworth.
- Schmidt, Vivien (2011), "Reconciling Ideas and Institutions through Discursive Institutionalism", in Daniel Béland e Robert Henry Cox (eds.), *Ideas and Politics in Social Science Research*. Oxford: Oxford University Press, 47-64.
- Schmitter, Philippe (2008), "The changing politics of organised interests", *West European Politics*, 31(1-2), 195-210.
- Streeck, Wolfgang (2016), *How Will Capitalism End? Essays on a Failing System*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Wallerstein, Immanuel (2010), "O burguês e a burguesia: conceito e realidade", in Bruno Peixe Dias e José Neves (eds.), *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta-da-china, 173-196. Tradução de Miguel Serras Pereira.